

INTERCULTURALIDADES MESPTIANAS: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS, BRASIL

MESPTIANAS INTERCULTURALITIES: REPORT ON THE EXPERIENCE OF THE MASTER IN SUSTAINABILITY WITH TRADITIONAL PEOPLES AND TERRITORIES, BRAZIL

Cristiane de Assis Portela **1**
Stéphanie Caroline Nasuti **2**
Mônica Celeida Rabelo Nogueira **3**

Resumo: O texto descreve a experiência brasileira do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG PCTs-MESPT), uma iniciativa pioneira para a formação, em nível de pós-graduação, de profissionais indígenas, quilombolas, sujeitos oriundos de outros contextos comunitários - no Brasil, abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) - além de profissionais aliadas, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições institucionais diversas (órgãos do poder executivo e judiciário, organizações da sociedade civil e movimentos sociais). O curso visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território, do ambiente biofísico e de seus bens naturais, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de PCTs. Este programa de pós-graduação aposta na abertura da universidade para sujeitos originários de povos e comunidades tradicionais, em um espaço considerado por excelência o lugar da produção de conhecimento acadêmico: a pós-graduação. A expectativa é de que formados como pesquisadores, esses sujeitos estejam habilitados a fazerem os trânsitos entre diferentes sistemas de conhecimento e, a partir deles, as seleções e combinações que entenderem prudentes e convenientes. Vale lembrar que a pós-graduação é também o locus mais alto na escala de prestígio da universidade e, portanto, o mais refratário a experimentações e proposições de inclusão social. Então, há algo de potencialmente revolucionário no alçamento desses sujeitos a esse espaço - desde que isso se faça sem a sua total submissão às formas de pensar e fazer da Academia, mas com abertura para experimentações que vão da reinvenção das formas de seleção, de fazer pesquisa e de reconhecer autorias, inclusive, aquelas coletivas.

Palavras-chave:

Abstract: The paper describes the Brazilian experience of the Masters in Sustainability with Traditional People and Land (MESPT). This is a pioneering initiative for postgraduate training of indigenous professionals, quilombolas and people coming from other community contexts - covered by the category of Traditional Communities (PCTs) in Brazil - in addition to professionals, without community origins, that work with PCTs in diverse institutional positions (executive and judiciary body, civil society organizations and social movements). The MESPT aims at training professionals to develop research and social interventions in favor of the exercise of rights, strengthening self-managed processes of life, territory and the environment, valuing socio-biodiversity and safeguarding cultural heritage (both material and immaterial) of PCTs. The MESPT bets on the opening of the university to individuals originating in communities, in a space considered by excellence the space of knowledge production, so that, trained as researchers, they are able to make the transits between different systems of knowledge and, from them, the selections and combinations that they consider prudent and convenient. It is worth remembering that the postgraduate studies is also the highest loco in the prestige scale of the university and, therefore, the most refractory to experimentation and propositions of social inclusion. Thus, there is something potentially revolutionary about raising these individuals to this space - as long as this is done without their total submission to the Academy's ways of thinking and doing, but with openness to experimentation that goes from the reinvention of forms of selection, to doing researches and the recognition of authorships, including collective authorship.

Keywords:

- 1** Docente do Departamento de História da UnB, é Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB, 2011), Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2006) e Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2003). É coordenadora institucional do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade de Brasília desde fevereiro de 2021 e é a atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais- MESPT UnB, na gestão de 2021 a 2023. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3784712778116925>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4500-4748>. E-mail: cristiane.portela@unb.br
- 2** Professora Adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília Doutorado em Géographie, Aménagement, Urbanisme. Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine, IHEAL, França, Mestrado em Etude des sociétés latino-américaines. Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine, IHEAL, França, Graduação em Sciences de la communication et de l'information. Institut de la Communication et des Médias - Université Stendhal Grenoble 3, ICM, França , <http://lattes.cnpq.br/7149183189202469>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7321-5155>. E-mail: steph.nasuti@gmail.com
- 3** Doutora em Antropologia Social e professora associada da Universidade de Brasília, Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, UnB, Brasil. Universidade de Brasília, UnB, Brasil. É docente dos programas de pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader) e em Desenvolvimento Sustentável (PPG-CDS), vice-presidente da Câmara de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (CDHUnB) e secretária de Comunicação (Secom) da UnB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6825916756980912>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4541-7008>. E-mail: monicacrnogueira@gmail.com

Introdução

É relevante um movimento que tem ganhado força desde a década de 1980 no Brasil, mas que é especialmente significativo nos últimos vinte anos: a ocupação da universidade por indígenas, quilombolas, camponeses e sujeitos oriundos de contextos comunitários tradicionais, na condição de estudantes de graduação e conseqüentemente, como pesquisadores inseridos em cursos de pós-graduação.

Em meio a estas iniciativas, em 2010, foi criado na Universidade de Brasília- UnB o Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt), espaço em que temos formado um número considerável de pesquisadoras e pesquisadores oriundas(os) de povos e comunidades tradicionais que chegam à pós-graduação. Trata-se de um programa de mestrado intercultural da Universidade de Brasília. Tendo em vista seu caráter eminentemente interdisciplinar, o curso se organiza a partir de um somatório de esforços, expertises e infraestrutura de várias unidades acadêmicas da Universidade de Brasília, se estruturando hoje como um curso interunidades, reunindo, além do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), unidade que acolheu inicialmente a iniciativa, o Departamento de Antropologia (DAN) do Instituto de Ciências Sociais (ICS), a Faculdade de Educação (FE) e a Faculdade UnB Planaltina (FUP).

Nos reconhecemos como uma comunidade político-acadêmica que partilha uma identidade coletiva: somos mesptianas. Essa comunidade é hoje composta por mais de 150 pessoas: além dos 136 (cento e trinta e seis) estudantes egressos e atuais, 15 (quinze) docentes e algumas pesquisadoras colaboradoras que mantêm vínculos estreitos com o Mespt. As/os docentes do quadro permanente são vinculadas aos cursos que compõem o arranjo institucional interunidades (CDS, DAN, FE e cursos da área de Gestão Ambiental e Licenciatura em Educação do Campo- LEdoC da Faculdade UnB Planaltina), mas também docentes dos cursos de História, Filosofia e Nutrição.

Reconhecendo haver uma pluralidade de sistemas de conhecimento, para além da ciência, o Mespt se propõe a promover a abertura da universidade para essa diversidade e para o diálogo de saberes. É uma iniciativa pioneira para a formação de profissionais indígenas, quilombolas e de sujeitos de outros contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no Brasil, além de profissionais aliadas, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições institucionais diversas (órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, organizações da sociedade civil e movimentos sociais).

O Mespt destina-se à formação de profissionais (indígenas, quilombolas e outros sujeitos sem marcadores de diferença étnico-racial, mas que atuam em uma frente) que atuam no mercado de trabalho, em órgãos públicos, empresas ou organizações da sociedade civil (de assessoria ou base comunitária) e têm o interesse de refletir sobre a sua prática profissional e de potencializar suas intervenções em benefício de povos e territórios tradicionais.

Esse curso adere, em larga medida, à definição de “territórios tradicionais” e “povos e comunidades tradicionais” estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a saber:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Já as categorias povos indígenas e quilombolas são compreendidas conforme definidas pela Constituição de 1988. A partir de turmas de aprendizagem multiétnicas, o Mespt oferece uma formação orientada pela perspectiva da sustentabilidade e da bioculturalidade, que visam a conservação dos ciclos vitais dos ecossistemas com base na afirmação da estreita inter-relação que

povos e comunidades tradicionais mantêm com a natureza em todas as suas expressões culturais. Assim, a continuidade física e cultural desses povos e comunidades é condicionada pela conservação da biodiversidade, que sustenta a manutenção de seus ricos sistemas de conhecimento e manejo, além de suas formulações simbólicas sobre o mundo.

Os vínculos históricos e afetivos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com estes espaços, as formas próprias de conhecimento e manejo dos recursos naturais resultantes dessa experiência, bem como a predisposição para defendê-los contra processos de expropriação e degradação ambiental são aspectos que são problematizados a partir das noções de território e territorialidade. Estas são, portanto, noções que permitem abordar as dimensões materiais e simbólicas da experiência particular de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com relação aos espaços que historicamente habitam, convergindo com a perspectiva adotada pelo curso.

Os territórios tradicionais constituem, hoje, as maiores extensões de área conservada no Brasil e cumprem, de modo geral, destacado papel na conservação de florestas nativas. Há, contudo, uma grande diversidade de situações entre esses territórios, do ponto de vista da conservação ambiental, além dos muitos e crescentes desafios para a gestão territorial e ambiental dessas áreas. Por todo o país, pode-se observar, de um lado, territórios tradicionais com áreas de florestas nativas conservadas (em extensões variáveis) e sob um padrão de uso sustentável dos seus recursos naturais e, de outro, terras diminutas e já bastante degradadas, sob fortes pressões internas e externas.

De modo geral, pode-se afirmar que esses territórios vêm sendo ameaçados por uma combinação de fatores: (a) a redução das terras ocupadas por grande parte dos povos e comunidades tradicionais, em relação ao seus territórios originais; (b) o aumento populacional em terras que, quando formalmente estabelecidas, são finitas; (c) a substituição de formas tradicionais de uso (frequentemente, mais brandas) por tecnologias mais intensivas no uso dos recursos naturais; (d) as pressões externas sobre os recursos, como grandes projetos de infraestrutura (estradas, hidrelétricas), o extrativismo (de madeira e minérios) e o avanço do agronegócio (monocultivos de soja e cana de açúcar e a criação de gado) em larga escala; (e) novas necessidades econômicas, da parte dos povos indígenas e comunidades tradicionais, por bens manufaturados.

Ressalte-se ainda que não necessariamente esses territórios encontram-se formalmente reconhecidos ou sob o domínio de povos e comunidades tradicionais. Não raramente, esses também são espaços em disputa, estando muitos povos indígenas e comunidades tradicionais investidos em processos históricos de enfrentamento, resistência e luta frente à expropriação e à degradação ambiental de seus territórios, decorrentes da exploração predatória de recursos naturais, da implantação de grandes projetos de desenvolvimento ou ainda de sobreposições de outras configurações territoriais oficiais. Assim, esses processos estão associados a conflitos que aumentam enormemente a insegurança e a violência entre (e, sobretudo, contra) os povos e comunidades tradicionais.

A situação geral dos territórios tradicionais, ao lado do reconhecimento do direito especial de povos e comunidades tradicionais à terra, do valor intrínseco de suas culturas, bem como do papel de seus conhecimentos e práticas para a conservação da biodiversidade, justificam esforços de produção de conhecimentos social e tecnicamente adequados para a superação dos desafios que esses grupos enfrentam contemporaneamente, realizando um dos princípios da Justiça Ambiental, o da produção de conhecimento próprio. Por fim, o reconhecimento e valorização dos sistemas de conhecimento tradicionais por meio da formação intercultural de sujeitos oriundos de contextos comunitários de PCTs, no domínio teórico-intelectual dos debates sobre sustentabilidade, deve também contribuir para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, na medida em que realiza outra ordem de justiça, a Justiça Epistêmica.

O MESPT se dedica à discussão de experiências vivenciadas em contextos comunitários e a produção de conhecimento teórico e metodológico orientado pela articulação simétrica entre sistemas de conhecimento científico e tradicionais que visem a sustentabilidade dos territórios, em um sentido amplo. Investiga a produção de conhecimentos não-hegemônicos, enfatizando as experiências interculturais que historicamente resultaram em alianças entre povos e comunidades tradicionais. Do ponto de vista epistemológico são estimuladas pesquisas que visem: a) o uso de

perspectiva teórica interdisciplinar, tendo em consideração categorias formuladas pelas próprias comunidades; b) o desenvolvimento de novas narrativas na universidade, de modo a favorecer o diálogo de saberes e a expressão de ontologias diversas; c) a elaboração de formas de autoria coletiva e trabalhos colaborativos para a produção de conhecimento; d) a compreensão das singularidades dos processos de educação intercultural e das proposições de pedagogias engajadas em contextos tradicionais.

Para composição de suas turmas, o MESPT lança um edital anual de seleção pública, amplamente divulgado junto a instituições de base comunitária e apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. A composição das turmas é orientada por duas diretrizes: (a) inversão da lógica de cotas (ou “cotas epistêmicas”, nos termos de José Jorge de Carvalho), de modo que candidatos autoidentificados indígenas, quilombolas ou originários de comunidades tradicionais, enquanto representantes de grupos histórica e socialmente excluídos do acesso à formação superior, tenham atenção prioritária do Programa; (b) representatividade sobre a demanda manifesta, em resposta à chamada pública para seleção.

A priorização de povos indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais no preenchimento das vagas do curso, não impede a possibilidade de ingresso de sujeitos sem marcadores de diferença étnico-racial ou origem comunitária. Afinal, um dos objetivos do curso é qualificar profissionais para o diálogo intercultural, o que inclui a formação daqueles que, embora não pertençam a comunidades tradicionais, atuam junto a esses segmentos e podem contribuir para transformações positivas na direção da sustentabilidade. No entanto, a priorização realiza-se com a destinação de (nunca menos que) 50% das vagas para indígenas, quilombolas e/ou sujeitos oriundos de outras comunidades tradicionais, podendo alcançar 100%, como foi o caso com a turma de 2016-2017. Dito de outro modo, a diretriz de reversão da lógica de cotas afirma que a presença de indígenas, quilombolas e/ou sujeitos oriundos de comunidades tradicionais no curso não é residual, mas um elemento estruturante de sua proposta político-pedagógica, e um modo de posicionamento epistêmico. Ressalta-se que as duas diretrizes acima guardam relações entre si, sendo implementadas de forma combinada e sem prejuízo de critérios estritamente acadêmicos, mormente expressos nos editais de seleção, como titulação mínima, trajetória profissional e acadêmica, proposições de pesquisa consonantes com o PPG-PCTs.

O caráter de autoidentificação dos candidatos indígenas, quilombolas e/ou sujeitos oriundos de outras comunidades tradicionais é afirmado por meio de i) uma declaração da comunidade de origem (ou associação de base comunitária) do candidato, atestando conhecimento prévio e apoio à sua candidatura ao curso; e ii) uma declaração de pertencimento étnico assinada pelo candidato, afirmando sua vinculação social, cultural, política e/ou familiar com um povo indígena ou comunidade tradicional.

A composição das turmas, combinada a um conjunto de estratégias pedagógicas (adotadas em classe e extraclasse), visa convertê-las em comunidades de aprendizagem pelo convívio, pela troca de experiências e saberes e pelo apoio mútuo entre PCTs e profissionais do campo. O grande número de candidaturas submetidas a cada um dos seis editais de seleção abertos indica haver uma demanda reprimida para formação, em nível de pós-graduação, para profissionais desse campo de atuação - 154 candidaturas homologadas em 2011, 190 em 2015, 59 em 2016, 103 em 2017, 64 em 2020, 35 em 2022 e 60 em 2023. As seleções ao longo desses anos têm tido alcance nacional, de modo que as turmas são compostas por estudantes que vêm de todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), além de diferentes contextos comunitários e institucionais.

Como parte da orientação político-pedagógica do PPG-PCTs e tendo em vista as especificidades de seu alunado, o ciclo acadêmico é organizado com base nos pressupostos e dinâmica da Pedagogia da Alternância, metodologia de ensino-aprendizagem que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos: o Tempo Universidade, que implica na realização de atividades localizadas no ambiente acadêmico, e o Tempo Comunidade, que se realiza no ambiente das comunidades (preferencialmente) ou no ambiente de atuação profissional do estudante. Tal dinâmica permite a revalorização do lugar (i. e. do território) como *locus* para a produção de conhecimentos, ao lado do ambiente acadêmico.

Os períodos chamados Tempo Universidade no curso são compostos por disciplinas (obrigatórias e optativas) e demais atividades formativas e de integração dos estudantes ao

ambiente acadêmico, sendo realizados nas instalações da Universidade de Brasília (nos campi Darcy Ribeiro e Planaltina) e distribuídas em módulos concentrados, com duração de três semanas. Os Tempos Universidade serão intercalados por Tempos Comunidade, em que os estudantes, sob a supervisão de professores, realizam atividades de pesquisa e intervenção no ambiente comunitário (ou profissional) relacionados ao curso.

Resultados alcançados

Temos até o momento 88 (oitenta e oito) mestras e mestres titulada(o)s em quatro turmas, grande parte tendo cumprido o prazo de defesa. Neste momento, temos mais 16 (dezesseis) estudantes em etapa de conclusão do mestrado (Quinta Turma), 16 (dezesseis) ingressantes em 2022 (Sexta Turma), 16 (dezesseis) aprovados que ingressaram em 2023 (Sétima Turma). As dissertações e demais produtos gerados a partir dos processos de investigação/intervenção social realizados por esses egressos indicam forte incidência social, além de inovações teórico-metodológicas, com o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (científicos e tradicionais), em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. São duas as linhas de pesquisa do PPG-PCTs: a) Territorialidades e Sistemas Agroalimentares em Contextos Tradicionais; b) Sustentabilidade, Epistemologias e Práticas Interculturais, e é sobre esses temas que temos nos debruçado nestes treze anos de trabalho.

A primeira seleção do MESPT foi realizada em 2011, direcionada à candidatura de indígenas e profissionais que atuam no campo indigenista. A turma foi composta por 14 indígenas e 12 profissionais não-indígenas. Desses 26 estudantes, 23 foram titulados em 2013, encerrando o primeiro ciclo de experimentações e aprendizagens deste curso. Em 2014, o curso passou por um período de reestruturação, quando migramos da área de Ciências Ambientais para a Área Interdisciplinar, atendendo a uma recomendação da CAPES. A reestruturação permitiu que professores de diferentes unidades acadêmicas da UnB pudessem contribuir com a iniciativa a partir de 2014. Concluída a reestruturação, o MESPT retomou as atividades acadêmicas em 2015, iniciando o seu segundo ciclo com a seleção de uma turma composta por 30 estudantes e uma maior diversidade de perfis, incluindo quilombolas, geraizeiros, um pomerano e duas *maroons* do Suriname, além de profissionais aliadas que atuam em campos diversos. Dos trinta ingressantes, 29 concluíram o curso na Segunda Turma.

Nos anos de 2015 e 2016 foram realizados processos seletivos para a composição da terceira e quarta turmas, com uma crescente diversidade de perfis acolhidos pela iniciativa: uma quebradeira de coco, uma retireira do Araguaia, outros dois geraizeiros, uma extrativista, uma assentada rural, uma pescadora/marisqueira, um ribeirinho, um homem e uma mulher oriundos de comunidades de povos de terreiro, uma cigana, além de novas profissionais aliadas que atuam no campo. Na Terceira Turma tivemos 17 (dezessete) mestres formados e na Quarta Turma, 19 (dezenove) mestres. Assim, entre os anos de 2011 e 2019, foram titulados estes 88 mestres, grande parte deles, tendo cumprido o prazo regular de defesa. Em 2020 e 2022, recebemos duas turmas de mestrado, com 16 estudantes cada, com perspectiva de titulação, respectivamente, em abril de 2023 e março de 2024. A Sétima Turma foi selecionada recentemente, com o início das aulas previsto para abril de 2023 e término do curso em abril de 2025.

O portal do PPG-PCTs www.mespt.unb.br abriga as 88 (oitenta e oito) dissertações defendidas nesse mestrado, sendo 66 (sessenta e seis) produzidas por pesquisadores e pesquisadoras oriundos(as) de contextos comunitários, das quais:

- a) 55% são relacionadas ao acesso a territórios tradicionais, conflitos socioambientais e à gestão ambiental e territorial;
- b) 35% são relacionadas à educação intercultural, práticas associadas e outras epistemologias;
- c) 15% estão relacionadas a práticas de cuidado e sistema agroalimentares.

As pesquisas recobrem uma grande diversidade de territórios, contextos comunitários e institucionais:

- a) Estudantes oriundos de 25 povos, nas cinco regiões do país: Apurinã, Ashaninka, Baniwa,

Baré, Guarani Kaiowá, Ingaricó, Kaingang, Kaiowá-Guarani, Karipuna, Katukina, Kinikinau, Krahô, Kura-Bakairi, Manchineri, Mundurucu, Paiter-Suruí, Pankararu, Pantamona, Piratapua, Terena, Tuxá, Umutina, Wanano, Wapixana, Xakriabá, Xavante; além de um indígena Aymara, do Peru.

b) Estudantes oriundos de territórios quilombolas nos estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Tocantins;

c) Territórios de comunidades tradicionais:

- i. extrativistas e ribeirinhas no Pará;
- ii. de terreiro no Distrito Federal, Rio de Janeiro e em Sergipe;
- iii. geraizeiras no Norte de Minas Gerais;
- iv. pescadora e quilombola do Recôncavo Baiano, Bahia;
- v. pomeranas, no Espírito Santo;
- vi. retireira do Araguaia, no Mato Grosso;
- vii. Romani (povo cigano);
- viii. quebradeiras de coco, no Maranhão.

a) Instituições públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, entre ministérios, fundações, secretarias e escolas, no poder executivo e no judiciário, além de organizações da sociedade, de assessoria e de base comunitária.

Os egressos tem seguido trajetórias diversas, havendo aqueles que ingressaram em cursos de doutorado, os que seguiram em seu exercício profissional ou se reposicionaram institucionalmente, mas em todos os casos esses sujeitos têm buscado repercutir a formação recebida e/ou aplicar os conhecimentos produzidos em seus contextos de atuação profissional – sejam esses o de associações comunitárias, organizações de assessoria, movimentos sociais ou órgãos de governo. Muitos também têm comunicado seus resultados de pesquisa/intervenção em congressos e por meio de publicações, como capítulos de livro e artigos em periódicos.

Seguiram para o doutorado até o momento, ao menos 25 (vinte e cinco) egressas(os):

- a. Adão Fernandes da Cunha (Quilombo Território Kalunga), doutorando em Linguística pela UnB;
- b. Alceu Santos Silva (Karipuna), doutorando em Ciências em Saúde Global e Sustentabilidade na USP;
- c. Ana Claudia Matos da Silva (Quilombo Mumbuca, Jalapão- Tocantins), doutoranda no PPG em Direitos Humanos e Cidadania (UnB);
- d. Andréa Teixeira Martins Brasil, doutoranda no Departamento de Direito, da UnB;
- e. Antônio Fernandes de Jesus Vieira (Dinaman Tuxá), doutorando em Direito na UnB;
- f. Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues dos Santos (procuradora federal da República), doutoranda em Direito na UnB;
- g. Célia Nunes Corrêa (Xakriabá), doutoranda em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- h. Chicoepab Suruí Dias, doutorando em Antropologia Social, no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);
- i. Edel Nazaré, doutoranda em Desenvolvimento Sustentável, UnB;
- j. Elaine Lopes de Souza (quilombola), doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF);
- l. Eliane Boroponépá Monzilar, (Umutina) diplomada doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB);
- m. Elionice Conceição Sacramento (Comunidade Quilombola e Pesqueira de Conceição de Salinas, Bahia), doutoranda no PPGAS do Museu Nacional (UFRJ);
- n. Francisco Moura Cândido Apurinã, diplomado doutor em Antropologia Social pela UnB;
- o. Franklin Paulo Eduardo da Silva (Baniwa), doutorando em Antropologia Social na UnB;
- p. Isabel Teresa Cristina Taukane (Bakairi), diplomada doutora em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT);
- q. Jonielson Ribeiro de Souza (geraizeiro), doutorando em Performances Culturais na UFG;

- r. Kátia Cristina Favilla, doutoranda Antropologia Social na Universidade de Lisboa (ULisboa);
- s. Oscar Wa'ráwe Urebeté (Xavante), doutorando em Educação na UNEMAT;
- t. Raimundo Magno Cardoso Nascimento (Quilombo Território África, Pará), doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia- PPGSA, da Universidade Federal do Pará (UFPA);
- u. Rodrigo Martins dos Santos, doutorando em Geografia Física na Universidade de São Paulo (USP);
- v. Sirlene Barbosa Passold Corrêa (Quilombo Puris), doutoranda em Antropologia Social pela UnB;
- x. Solange Ferreira Alves, doutoranda no Departamento de Direito, da UnB;
- y. Thiago Henrique Fiorott, doutorando em Desenvolvimento Sustentável, UnB;
- w. Valdelice Veron (Kaiowá-Guarani), doutoranda em Antropologia Social na UnB;
- z. Verônica Aldé, doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Outros egressos seguiram atuando profissionalmente e têm buscado repercutir a formação recebida e/ou aplicar os conhecimentos produzidos em diferentes contextos institucionais – sejam estes o de associações comunitárias, organizações de assessoria, movimentos sociais ou órgãos de Estado. Para informar brevemente o raio de atuação desses egressos, seguem alguns destaques:

a) Poder judiciário:

- i. Andréa Brasil Teixeira Martins, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), em Brasília, DF;
- ii. Carolina Augusta de Mendonça Rodrigues dos Santos, Procuradora Federal, atuando junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- iii. Thaís Santi Cardoso da Silva, procuradora do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, PA;

b) Governo Federal:

- i. Maria Helena Fialho, Thiago Henrique Fiorott e Lilian Brandt Calçavara, Fundação Nacional do Índio, em Brasília, DF;
- ii. Solange Ferreira Alves, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, DF;
- iii. Solange Lima Gomes, Ministério da Saúde (MS), Brasília – DF;

c) Instituições de Ensino Superior (IES):

- i. Francinete Soares Martins e Ilma Fernandes Neri, Instituto Federal do Amazonas (IFAM);
- ii. Verônica Aldé, Universidade Pontifícia Católica (PUC) de Goiás;
- iii. Alceu Santos da Silva, Universidade Federal do Amapá (UFAP);

d) Educação Básica:

- i. Eliane Boroponepá Monzilar, Isabel Teresa Cristina Taukane, Luciana Akeme Sawasaki Manzano, Cosme Rité, Oscar Wa'ráwe Urebeté, Lidiane Taverny Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) de Mato Grosso;
- ii. Erlon Fábio de Jesus Costa, SEDUC da Bahia;
- iii. Rosaldo Albuquerque Souza, SEDUC de Mato Grosso do Sul;
- iv. Creuza Prumwyj Krahô, SEDUC de Tocantins;
- v. Elaine Lopes de Souza, Márcia Jucilene Nascimento e Maria Diva Rodrigues, SEDUC de Pernambuco;
- vi. Helmar Spamer, SEDUC de Espírito Santo;
- vii. Rogério Ribeiro Coelho, Adão Fernandes, Lourivaldo dos Santos Souza e Rosilda Alves Coutinho, SEDUC de Goiás;
- viii. Flávio Pereira Ferraz, SEDUC do Amazonas;
- ix. John Cleber Sarmento, Daniele Conceição Samento de Sousa, SEDUC do Pará;
- x. Elizamar Gomes da Silva, SEDUC de Minas Gerais;

- e) Redes e articulações regionais e nacionais:
 - i. Antônio Fernandes de Jesus Vieira- Dinaman Tuxá (APIB);
 - ii. Kátia Cristina Favilla, Rede Cerrado;
 - iii. Edel Nazaré Moraes, Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);
 - iv. Mário Nicácio, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB);
 - v. Maria Aparecida Mendes e Valéria Pôrto dos Santos, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ);
 - vi. Elionice Conceição Sacramento, Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP);

- f) Organizações da sociedade civil, de assessoria a povos e comunidades tradicionais:
 - i. Ana Luísa Brites Blaser e Rodrigo Siqueira, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), no Amapá;
 - ii. Gilmar Galache e Letícia Maria Leite, Instituto Socioambiental (ISA), em Brasília, DF;
 - iii. André Halloys Dallagnol, Comissão Guarani Ivyrupá, em São Paulo, SP;
 - iv. Sayonara Maria Oliveira da Silva, Operação Amazônia Nativa (OPAN), Cuiabá, MT;
 - v. Vanusa Lima, Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), em Imperatriz, MA.

Grande parte dos egressos também atua em organizações de base comunitária (associações). Há ainda egressos com atuação em esferas internacionais, como Samantha Ro'otsitsina de Carvalho Juruna e Alceu Santos da Silva, que ingressaram no Programa de Direitos Humanos para Lideranças Indígenas, do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (ACNUDH).

Por fim, há egressos que atuaram como gestores municipais: Mario Nicácio (do povo Wapixana) eleito Vice- Prefeito de Bonfim, RR, Zelandes Alberto de Oliveira (do povo Patamona), Secretário de Saúde de Uiramutã, RR e Elizamar Gomes da Silva (do povo Xakriabá), Subsecretária de Cultural do São João das Missões, MG. Genia J. Lank-Corinde, egressa *maroon* do Suriname, é Consulesa Geral do Suriname na Guiana Francesa. Além disso, a egressa Célia Xakriabá, foi eleita nas eleições de 2022 como Deputada Federal por Minas Gerais; e Edel Moraes, que é a atual Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente (SNPCT/MMA).

Ainda, durante o período de desenvolvimento do MESPT (2010 - 2022) foram firmadas diversas relações de cooperação e intercâmbio com universidades brasileiras e estrangeiras, além de institutos de pesquisa, órgãos de governo e organizações da sociedade civil. Dois acordos de cooperação acadêmica, científica e cultural foram firmados no período, um com a Universidad Veracruzana (UV) do México e outro com a Universidade Anton de Kom do Suriname. Ocorreram amiúde interações com organizações da sociedade civil como a Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas (CONAQ), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Rede Cerrado, na organização conjunta de ações.

Entre outros exemplos, destacamos a colaboração na realização da Primeira Jornada virtual de Educação quilombola (2020), da contribuição na efetivação da Plataforma Territórios Tradicionais (contínua desde 2020), a organização do 3o Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina (CIPIAL) em 2019. Enfim, ressaltamos a formalização de um grupo de pesquisa registrado no CNPQ, o CAUIM - Grupo de Estudos e Práticas Dialógicas no Contexto de Povos e Territórios Tradicionais (2019), que tem se dedicado à análise de inovações teórico-metodológicas no âmbito do curso.

Este relato de experiência oferece um panorama do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), demonstrando ser esta uma iniciativa que responde ao imperativo de promover a interculturalidade no ambiente acadêmico, como forma de produzir conhecimento social e tecnicamente adequado para o enfrentamento de desafios da contemporaneidade. O MESPT aposta na abertura da universidade para sujeitos originários de povos e comunidades tradicionais, em um espaço considerado por excelência o lugar da produção de conhecimento acadêmico: a pós-graduação. A expectativa é de que formados como pesquisadores,

esses sujeitos estejam habilitados a fazerem os trânsitos entre diferentes sistemas de conhecimento e, a partir deles, as seleções e combinações que entenderem prudentes e convenientes. Vale lembrar que a pós-graduação é também o *locus* mais alto na escala de prestígio da universidade e, portanto, o mais refratário a experimentações e proposições de inclusão social. Então, há algo de potencialmente revolucionário no alçamento desses sujeitos a esse espaço - desde que isso se faça sem a sua total submissão às formas de pensar e fazer da Academia, mas com abertura para experimentações que vão da reinvenção das formas de seleção, de fazer pesquisa e de reconhecer autorias (inclusive autorias coletivas).

Referências

ACSELRAD, H., Mello, C. C. do A., Bezerra, G. das N. (2009). *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.

BRASIL. (2007). *Decreto nº 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNCTC).

CARVALHO, José Jorge de. (2009) Ações afirmativas na pós-graduação, na docência superior e na pesquisa. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (orgs.). *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. Santa Catarina: EdUFSCAR.

_____. (2022). “Cotas étnico-raciais e cotas epistêmicas: bases para uma antropologia antirracista e descolonizadora” in Revista Mana 28 (3). <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0402>

COSTA, Alyne. (2017) *Guerra e paz no Antropoceno: uma análise da crise ecológica segundo a obra de Bruno Latour*. Rio de Janeiro: Autografia.

DAGNINO, R. (2002). *Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: neutralidade e determinismo*. In: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.

FREIRE, P. (2008). *Educação como prática da liberdade*. 31ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

FEENBERG, A. (2002). *Transforming technology*. Oxford University Press.

FREIRE, P. (1996) *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, P. (2007). *Pedagogia do Oprimido*. 46ª edição. São Paulo: Paz e Terra.

HALL, Stuart. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

HOOKS, bell. (2013) *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). (2019). *Terras Indígenas no Brasil*. Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: novembro de 2019.

LEFF, E. (2002). *Saber ambiental: racionalidad, sustentabilidad, complejidad, poder*. México: Siglo XXI.

MBEMBE, Achille. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona: 2014.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e*

pensamento liminar. (2003). Belo Horizonte: UFMG.

PORTELA, Cristiane de Assis. (2019). “Sem desbotar o nosso coletivo: mulheres de comunidades tradicionais e suas formas de autoinscrição na Universidade de Brasília” in *Coletânea Gênero, subjetivação e perspectivas feministas*. Brasília: Technopolitik.

SANTOS, Boaventura. (2006). *Conocer desde el Sur: para uma cultura política emancipatória*. Lima: UNMSM.

SANTOS, Boaventura. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.

WALSH, Catherine. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Ed.). *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, pp. 47-62.

Recebido em 11 de junho de 2023.

Aceito em 25 de agosto de 2023.